

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura  
Rayssa Martins de Sousa Neves  
Rosane Salette Sasset  
Organizadores

# EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA

Formação Docente, Políticas  
Educativas e História da  
Educação em Contexto Emergente

 **Pedro & João**  
editores

**EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA:**  
**Formação Docente, Políticas Educacionais e**  
**História da Educação em Contexto Emergente**

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura  
Rayssa Martins de Sousa Neves  
Rosane Salete Sasset  
Organizadores

**EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA:**  
**Formação Docente, Políticas Educacionais e**  
**História da Educação em Contexto Emergente**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura; Rayssa Martins de Sousa Neves; Rosane Salete Sasset [Orgs.]**

**Educação em perspectiva: Formação Docente, Políticas Educacionais e História da Educação em Contexto Emergente.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 152p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0665-3 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526506653**

1. Formação docente. 2. Políticas educacionais. 3. História da Educação. I. Título.

CDD – 370

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**  
www.pedrojoaoeditores.com.br  
13568-878 – São Carlos – SP  
2023

## A COMPREENSÃO DO CONTEXTO EMERGENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura

As novas configurações da Educação no contexto brasileiro (CAVALCANTE, 2000), fizeram emergir uma série de instituições de ensino que objetivaram o atendimento de um conjunto de demandas sociais advindas das novas formas de ser e estar no mundo contemporâneo alinhado ao avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação (SILVEIRA; BAZZO, 2009), a velocidade com que o conhecimento é produzido e disseminado (LIMA; FARIA; TOSCHI, 2014) e particularmente, as mudanças mundo do trabalho (OLIVEIRA; MASSARO, 2014).

Na emergência destas configurações educacionais, etapas, níveis e modalidades acabam imbricando-se na possibilidade de oferta de uma educação de qualidade a todos os sujeitos, a Educação Superior é um ótimo exemplo para pensarmos a potência nestas articulações. Com a implementação da Lei Federal nº 11.898/08 surge no Brasil uma institucionalidade responsável por agregar educação, ciência e tecnologia na formação dos cidadãos, estamos nos referindo aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A criação desta nova institucionalidade, torna-se uma importante ferramenta estratégica na expansão da Educação Superior no Brasil, considerando ainda a valoração da nação e os ajustamentos do capitalismo, a partir da necessidade de adaptação da educação no atendimento não apenas das demandas locais e sociais. Os Institutos Federais surgem como uma alternativa criativa e inventiva de aceleração do processo de democratização da educação brasileira, alinhando assim a Educação Profissional – enquanto elemento estratégico para o desenvolvimento da nação – a Educação Superior, trazendo consigo um novo olhar para a modalidade da EPT e ao nível da Educação Superior evocando as dimensões da justiça e política social, na configuração de uma política educacional (PACHECO, 2011).

A busca por desvelar o fenômeno da Qualidade Social da Educação frente ao contexto emergente da Educação Superior nos Institutos Federais de Educação, se consubstancia com a tese *“A Qualidade Social da Educação Superior no Contexto Emergente dos Institutos Federais: Uma Abordagem na Perspectiva da Política Pública”*, e deste este recorte, que problematiza a necessidade da

compreensão destes complexos movimentos institucionais pelo olhar da multiplicidade das instituições de ensino.

Neste cenário surge a necessidade de se pensar esse “novo” cenário educacional a partir de paradigmas que atendam e correspondam de fato os novos contornos da Educação Superior, assim trazemos para o debate a perspectiva do *contexto emergente* como sendo “configurações em construção na Educação Superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções pré-existentes, refletoras de tendências históricas” (MOROSINI, 2014, p. 386).

Este contexto possui em sua gênese o *ethos* do desenvolvimento humano e social na globalização, em que há interação com outras formas de contextos. De qualquer forma, o contexto emergente é um espaço de transição entre dois modelos de Educação Superior, um como sendo relacionado a um modelo tipo ideal weberiano de *tradicional* e outro mais próximo de uma perspectiva *neoliberal*, ou Universidade do Século XXI.

No modelo de Educação Superior do tipo ideal weberiano tradicional, a ação docente focaliza seus esforços no atendimento às demandas sociais; a pesquisa tem como norte o desenvolvimento científico; a relação universidade-sociedade pauta-se na promoção da cultura e dos serviços à comunidade; a gestão da instituição prioriza o acadêmico, sem controle de produção.

Há uma maior preocupação com a relevância social da formação discente e docente, o financiamento estatal se faz presente junto às atividades da Universidade, com base no orçamento acordado entre o Estado e as instituições de ensino, junto à satisfação das demandas sociais – política pública; a universidade é um meio de alcançar fins coletivos – Universidade a serviço da nação, a comunidade local, ao país – e particularmente como um espaço de geração de conhecimento para sociedade e a reprodução de esquemas culturais da nação – orientações de valor (ESPINOZA; GONZALEZ, 2012).

Já o modelo de Educação Superior neoliberal, tem como foco da docência o treinamento orientado como forma de satisfazer demandas e perfis do mercado de trabalho; a pesquisa científica é percebida partir da transferência de tecnologia demandada de distintos setores produtivos; a relação universidade-sociedade se estabelece a partir da “prestação de serviços” dentro de uma estrutura organizada de parcerias público-privadas.

A gestão institucional prioriza a eficiência e autofinanciamento como instrumento de sustentabilidade – características das funções institucionais; o autofinanciamento estudantil (através de bolsas e créditos – regulados pelo mercado e pela livre concorrência, avaliação e acreditação) e a segmentação de recursos em áreas prioritárias, na composição de fundos competitivos, incentivos para gestão eficiente; exigência de satisfação privada para a

educação, onde esta oferta depende da relação custo benefício de instituições e da sua rentabilidade – políticas públicas; a universidade torna-se um instrumento de mobilidade e melhoria das condições trabalho e renda das pessoas, através da sua efetivação com espaço de realização pessoal – orientações de valor (ESPINOZA; GONZALEZ, 2012).

Ao nos depararmos com a noção de contexto emergente aplicada as múltiplas dimensões da Educação Superior (MOROSINI, 2014; DALLA-CORTE; SARTURI, 2015; ZANCAN; BONZAN, 2017; CICHOSKI; RUBIN-OLIVEIRA, 2018; FONTOURA, 2018), percebemos que esse mesmo complexo não é refletido no cenário do arranjo dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse espaço de transição que Morosini (2014) e outros apresentam não se subjaz, acaba por desconsiderar uma série de elementos importantes e basilares neste espaço institucional específico.

Didriksson (2012), acaba evidenciando essa percepção no contexto da América Latina, na visão de uma Educação Superior estruturada de forma distinta àquelas existentes nos países do Global-Norte, especialmente considerando os processos de desenvolvimento das políticas educacionais, do combate às desigualdades sociais/educacionais e do foco da educação direcionada à população destes países. Morosini (2014), ao caracterizar os contextos emergentes da Educação Superior por incorporar parte das reflexões de Didriksson (2012) sobre a perspectiva latino-americana do papel da educação universitária pelo viés da responsabilidade social do bem público.

Morosini (2014), ainda ao interpretar a realidade do contexto brasileiro evidencia a complexidade do sistema de Educação Superior, a expansão acelerada da Educação Superior, às políticas de diversificação, os movimentos de privatização e ainda as tendências democratizantes comandadas pela centralização do poder do Estado. Assim, a Educação Superior não “está sob um modelo único e quase imutável como aquele a que estávamos acostumados, decorrente de raízes históricas, presentes em nossa realidade desde o século XIX” (*ibidem*, p. 387). As mudanças neste espaço educativo se apresentam das mais diversas formas, podemos incluir o novo perfil docente integrante da Educação Superior, a diversidade do alunado, a emergência de novos currículos, as exigências da sociedade, as demandas do mundo do trabalho e as perspectivas globalizantes da Educação Superior.

Em 2008 com o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Educação Superior modifica-se mais uma vez junto ao sistema brasileira, tendo como horizonte a perspectiva da EPCT. Esse movimento com foco no estímulo a modalidade da EPT modifica a estrutura do sistema educativo, esse arranjo jamais fora visto em outras arquiteturas institucionais. Ao analisarmos o contexto emergente da Educação Superior

na perspectiva dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia<sup>1</sup> – tendo como base seus documentos balizadores – alguns elementos são incorporados na leitura da “emergência” como as perspectivas da *política educacional*, da *equidade* e da *justiça social* (PACHECO, 2011).

**Figura 1.** Estrutura do contexto emergente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, a partir da articulação entre as dimensões política pública, proposta político-pedagógica, mundo do trabalho e rede social.



Fonte: FONTOURA (2018).

Dentro deste “modelo institucional absolutamente inovador” como descreve Pacheco (2011, p. 13), percebemos a estruturação de uma arquitetura pautada sob uma **proposta político-pedagógica** de formação dos sujeitos diferenciada (verticalização do ensino e a justiça social), a perspectiva de **política pública** imbricada no desenvolvimento institucional (políticas sociais e políticas educativas), o fomento a criação de uma **rede social** como potência no alcance dos objetivos pedagógicos (relações sociais e promoção da cidadania) e a relação entre a instituição e o **mundo do trabalho** como parte de sua gênese, apoiando-se no conhecimento um dos elementos constituintes para a promoção da cidadania (demandas regionais/locais e arranjos produtivos). Essa compreensão surge a partir dos

<sup>1</sup> **Ver mais em:** FONTOURA, J. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Possibilidades no Arranjo do Contexto Emergente da Educação Superior. In: CORSETTI, B.; FONTOURA, J. ECOTEN, M. (Orgs.). **Políticas Educacionais: Contextos e Análises Contemporâneas** – Coleção Educação em Debate, v. 1. Casa Leiria, 2019, p. 241-259.

estudos de Fontoura (2018) ao buscar o entendimento dessa arquitetura institucional à luz da idealização de um contexto emergente com foco nos processos de gestão da educação de uma unidade descentralizada da instituição (*figura 1*).

A *Proposta Político-Pedagógica* diferenciada se apresenta a partir da *verticalização do ensino*, dentro de uma organização pedagógica verticalizada (da Educação Básica à Educação Superior), dessa forma abre-se o leque de possibilidades para docentes no que se refere a sua atuação pedagógica em diferentes níveis de ensino e aos discentes por permitir a construção de uma trajetória formativa baseada no compartilhamento de espaços de aprendizagem que possibilitem o delineamento de um percurso formativo: do curso técnico de nível média ao doutorado.

A verticalização do ensino está para além da “oferta simultânea de cursos em diferentes níveis” como afirma Pacheco (2011, p. 24), existe uma preocupação na organização dos distintos conteúdos curriculares, permitindo o estabelecimento de um diálogo profícuo entre os entrelaces das possibilidades de trajetórias formativas. Este contínuo implica no “reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnica, graduação e pós-graduação tecnológica” (PACHECO, 2011, p. 25).

Outro elemento presente na proposta político pedagógica da instituição é a *justiça/inclusão social* a partir do seu foco institucional na “promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias” (PACHECO, 2011, p. 50). Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tem como uma das finalidades o apoio aos processos educativos que levam à geração de renda e à emancipação do cidadão na potência do desenvolvimento socioeconômico local e regional, de forma a evidenciar o poder da educação como produtora da capacidade de trabalho e de renda, sendo assim, um fator de desenvolvimento econômico (FRIGOTTO, 2010).

A dimensão da *Política Pública* presente nos Institutos Federais se efetiva junto ao compromisso da valorização de uma educação que possibilite o combate das desigualdades estruturais. O fomento a Educação Profissional, Científica e Tecnológica – aqui representada pelos Institutos Federais – evoca o compromisso do Estado com este projeto educacional de transformação da sociedade a partir da valorização desta modalidade como seno estratégica para o desenvolvimento da nação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em sua engenharia, se consolidam como um celeiro de ações que potencializam desenvolvimento local a partir de *políticas sociais* garantindo assim a

“perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil” (PACHECO, 2011, p. 18). Nesse sentido, as políticas sociais acabam sendo uma “estratégia promovida a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social”, essas políticas seriam peças centrais no processo de acomodação social, de ajuste e de minimização dos conflitos sociais.

Pensar nos desafios impostos pelas novas conformações da Educação Superior no contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica significa compreender seu caráter público, no cenário das *políticas educativas*. Aqui presente temos articulados um conjunto de ideias, expectativas e tendências que se relacionam aos conceitos e às ações da categoria pública, de forma a fazer “parte do conjunto de políticas públicas sociais, expressão da ação (ou não-ação) social do Estado e que têm como principal referente a máquina governamental no movimento de regulação do setor de educação”, como define Franco (2006, p. 166).

Tal desafio legítima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e no resgate da cidadania e da transformação social. Como afirma Pacheco (2011, p. 19), “pensar os Institutos Federais do ponto de vista político representa a superação de visões reducionistas e a instituição de uma política pública que concorra para a concretização de um projeto viável de nação para este século”.

Neste contexto de valorização da educação pública, fomento a EPT e expansão da Educação Superior em distintos cenários, emerge como fundamento balizar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – a partir do reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional com a Lei Federal nº 11.892/08 – a dimensão da *Rede Social*. Esta rede se estabelece na construção e na produção do conhecimento, baseado na troca constante, efetiva e necessária de experiência, vivências e ideias que fomentam uma cultura ativa de participação, incorporando novos elementos recursivos de renovação da própria instituição permanentemente (FONTOURA, 2018). Os Institutos Federais se constituem como uma “rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo” (PACHECO, 2011, p. 31).

A consolidação desta rede social se articula ao desenvolvimento das *relações sociais* “como um espaço aberto de produção e compartilhamento de diferentes conhecimentos não hierarquizados” (FONTOURA, 2016, p. 158). A estrutura curricular e institucional permite a comunhão de distintos membros da comunidade acadêmica através das atividades de pesquisa, ensino e extensão nos mais diferentes níveis ofertados nos *campi*, ou ainda na

organização colegiada da gestão que permite aos diferentes segmentos (discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa) partilharem do convívio uns com os outros e da troca de saberes e conhecimentos a partir da participação. O estabelecimento destas relações sociais representa “um espaço aberto e em movimento, de atuação regional, com bases em referenciais que expressam também uma missão nacional e universal” como aponta Pacheco (2011, p. 22).

O estabelecimento das relações sociais acaba sendo potência no fortalecimento na *promoção da cidadania* dos sujeitos, fomentados pelas outras dimensões do contexto emergente citadas anteriormente. As relações de interação e compartilhamento que se estabelecem na rede social possuem como pressuposto o fato de o conhecimento ser um dos seus elementos constituintes.

É preciso considerar ainda uma tendência à hegemônica de determinadas trocas de saberes, da predominância de colaboração entre certas organizações ou indivíduos em detrimento de outros, é de suma importância na busca do pleno exercício da cidadania garantir o acesso à informação, impedindo o seu monopólio (PACHECO, 2011, p. 22). O que se pretende dessas instituições federais de EPCT é o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que ao longo das últimas décadas vêm se diluindo.

O *Mundo do Trabalho* relaciona-se intimamente com a gênese dos Institutos Federais, ou melhor, se apresenta de forma imbricada a EPCT, pois essa dimensão torna-se estruturante na perspectiva desta política pública. O mundo do trabalho aqui se mostra junto a um processo de retroalimentação, pois as suas demandas em parte são atendidas no bojo das formações promovidas pela instituição e a instituição por sua vez mobiliza seus esforços para o atendimento das demandas do mundo do trabalho. A nova institucionalidade se mostra como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de “aprendizagens, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida” (PACHECO, 2011, p. 20), dos sujeitos.

Imbricado ao mundo do trabalho, e em função da natureza da institucionalidade trazida com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as *demandas locais/regionais*, emergem de forma pujante. Essas demandas se consubstanciam sob diferentes esferas sociais, mas a partir da dimensão do mundo do trabalho, as demandas podem ser percebidas a partir do crescente imperativo da formação profissional, à necessidade de maior difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às peculiaridades regionais/locais e ainda a vocação natural das regiões onde os Institutos Federais se instalam (SILVA, 2009).

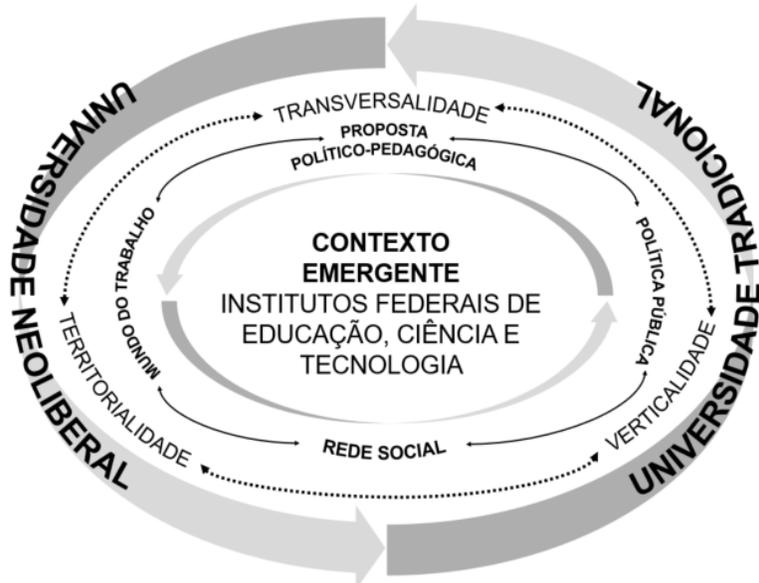
Os *arranjos produtivos* vinculam-se às demandas locais/regionais a partir de uma prática social interativa diretamente relacionável com a realidade, com o pensar e o agir na perspectiva da ultrapassagem dos obstáculos às transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias. Esses arranjos emergem do mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito da realidade regional das comunidades no qual a instituição está instalada. Dessa forma podem ser compreendidos como “aglomerações territoriais” de agentes econômicos que apresentam vínculos de interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais (governos, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa).

Os arranjos produtivos possuem como um eixo centralizador e constitutivo da econômica por definição, mas não se restringe só a ela, considera também pelo recorte do espaço geográfico na sinalização de uma identidade coletiva a partir do engendramento estabelecido entre o social, o cultural, o político, o ambiental e o histórico (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2012).

Tendo esse desenho (*figura 1*) como ponto de partida e com o aprofundamento dos estudos tanto com a pesquisa documental (CELLARD, 2008), quanto na pesquisa bibliográfica (CERVO; BREVIAN, 2002), dentro da perspectiva da dialética-materialista (FRIGOTTO, 2001), percebemos que o contexto emergente da Educação Superior à luz dos Institutos Federais se apresenta de forma dialética aos modelos de Educação Superior indicados por Morosini (2014), entretanto não se mostra de forma estanque.

Dentro desse espaço, outras articulações são construídas da mesma relação micro e macro existente entre o átomo e as partículas subatômicas. Essas unidades estão intimamente relacionadas e trazem estabilidade e sustentação para essa estrutura maior, robusta e relevante como é o caso da institucionalidade trazida com a criação da Lei Federal nº 11.892/2008.

**Figura 2.** Estrutura do contexto emergente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da articulação entre as dimensões política pública, proposta político-pedagógica, mundo do trabalho e rede social; atreladas a transversalidade, territorialidade e verticalidade.



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Na consolidação da construção desse contexto emergente (*figura 2*), desvelamos um conjunto de elementos que se apresentam dentro dos princípios balizadores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a **verticalidade**, a **transversalidade** e a **territorialidade**. Esse conjunto de elementos evidenciam a complexidade existente no entendimento do contexto emergente da Educação Superior nos Institutos Federais para além da dicotomia entre os modelos neoliberais e tradicionais, como aponta Morosini (2014), desenvolvido posteriormente por Fontoura (2018). Os elementos que citamos se apresentam junto ao conjunto de dimensões que dão sustentação a proposta da criação da instituição com a Lei Federal nº 11.892/2008 e o documento Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais.

A **verticalidade** no contexto da instituição pode ser traduzida junto a *verticalização do ensino* e suas possibilidades nos distintos trânsitos formativos no interior da instituição, tanto para estudantes quanto para professores. Aqui não nos referimos a movimentos pluricurriculares ou mesmo a estruturação de um espaço que aproxime simplesmente sujeitos em níveis de formação diferentes. Nos referimos a materialização de uma experiência que aproxima níveis de saberes e conhecimentos de forma elaborada e complexa

onde os sujeitos tenham a possibilidade de reconhecimento das suas potencialidades junto ao arranjo institucional para além de uma expectativa de formação muitas vezes incerta e duvidosa.

A verticalidade, que extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, em organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo fecundo e diversos entre as formações de diferentes níveis e modalidades. Implica na implantação de fluxos que permitam a construção de itinerários formativos entre os cursos da EPT, construídos livremente pelos educandos em diálogo com os educadores (PACHECO, 2020, p. 10).

Esse elemento eleva e modifica o cenário da Educação Superior em nosso país, surge como um novo elemento, antes não pensado e exclusivo dos Institutos Federais de Educação até o momento. Assim a instituição abarca a possibilidade de uma trajetória de formação completa, indo da formação em nível médio (subsequente, concomitante e integrado), passando pela graduação (licenciaturas, engenharias, bacharelados e cursos de tecnologia) até a pós-graduação (especializações, mestrados e doutorados). Essa verticalidade faz com que os sujeitos da instituição (discentes, docentes, técnicos administrativos e demais membros da comunidade acadêmica) tenham um fluxo formativo rico, evidenciando a necessidade da comunhão entre as diferentes dimensões institucionais a partir do intercâmbio cultural, próprio da natureza da verticalidade.

Já a **transversalidade** se mostra na relação entre a educação e o avanço tecnológico atravessado pelas dimensões indissociáveis da pesquisa, do ensino e da extensão, além de todo o conjunto de políticas, atos e ações de planejamento e desenvolvimento de projetos no alcance dos objetivos educacionais. A transversalidade alinhada à verticalização impacta diretamente na construção da singularidade do desenho curricular, visto que auxilia na escolha e na organização curricular e da ação pedagógica, relacionando as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia (PACHECO, 2011). À luz do surgimento da LDBEN (BRASIL, 1996), temos a emergência dos movimentos de renovação pedagógica, buscando repensar o entendimento do que é aprendizagem e ainda os próprios conteúdos ensinados aos estudantes.

A transversalidade, diz respeito ao diálogo entre educação e tecnologia. Este é o elemento transversal presente no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, entendendo a organização da EPT por eixos tecnológicos. Envolve também o diálogo entre disciplinas, cursos, diferentes campi, Institutos e com a sociedade, objeto central de toda a ação educativa. Exige planejamento e trabalho coletivo (PACHECO, 2020, p. 10).

O sentido e o significado na transversalidade nesse cenário “diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre

aprender sobre a realidade e as questões da vida real e de sua transformação, aprender na realidade e da realidade” (WELKER, 2016, p. 31). Houve um importante movimento das diferentes comunidades educativas em transpor o sentido do conceito à prática cotidiana das instituições, fazendo com que a transversalidade surja como uma possibilidade de modificação significativa não apenas espaços educativos, mas também dos sujeitos e da sua relação com a instituição e o conhecimento.

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia “as relações entre a prática educativa, o aprender, da vida real, e as possibilidades de transformação da realidade” (WELKER, 2016, p. 119), assim a transversalidade impulsiona o desenvolvimento das práticas institucionais que ocorrem no interior dos espaços educativos.

Por fim, temos na **territorialidade** um elemento muito caro no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pois se apresenta antes mesmo do seu nascimento. Como já indicamos ao longo do texto, a Educação Profissional e Tecnológica possui uma relação bastante íntima com o desenvolvimento local, por conseguinte se entrelaça com os *arranjos produtivos* locais regionais. Assim, nesse encontro temos por parte dos sujeitos tanto a identificação como a apropriação. É importante considerarmos que ao habitar um espaço e tomar consciência de sua participação, as pessoas o transformam em um território. Sua ocupação corresponde a vivências significativas, cujo sentido se faz presente nas ações interligadas que compõem e integram o seu processo de constituição e de formação do movimento social, identidade e territorialidade se confundem muitas vezes.

A territorialidade, trata do compromisso com o desenvolvimento soberano sustentável e inclusivo de seu território de atuação. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e o Campus são parte de um território e protagonistas do mesmo (PACHECO, 2020, p. 11).

Uma outra dimensão desse contexto que devemos considerar junto às questões da territorialidade, está no processo de expansão da Educação Profissional e Tecnológica para além de apenas uma modalidade da educação brasileira. A EPT se modifica com o alcance da educação no processo de interiorização trazido com o reordenamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a partir da Lei Federal nº 11.892/2008. A sua estrutura multicampi faz com que os Institutos Federais assumam o compromisso direto de intervenção nas respectivas regiões onde se inserem, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social desses espaços. Pacheco (2015, p. 6), retoma a ideia de constituição de uma política pública “que concorra para a concretização de um projeto viável de nação para este

século”, assim a noção de território não pode ser percebida apenas como a transposição de fronteiras geopolíticas, o território e a territorialidade se estabelecem na relação do local e do regional para conciliar a antinomia local *versus* global na perspectiva da sua superação das problemáticas.

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2007, p. 57).

A territorialidade acaba por designar “a qualidade que o território ganha de acordo com sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (SPOSITO, 2009, p. 11), a partir da criação de um vínculo entre o local e o global. Esse movimento, faz com que as ações desenvolvidas nesses espaços possibilitem a construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial (PACHECO, 2015). Santos e Silveira (2001, p. 19) nos auxiliam na nessa compreensão ao perceberem a territorialidade de forma relacionada ao “pertencer àquilo que nos pertence”, pressupondo ainda a territorialidade por um viés de “destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem. Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país”.

Estas dimensões que compõem o modelo de contexto emergente que evidenciamos não se apresentam de forma definitiva, da mesma forma que Morosini (2014) aponta em seus estudos sobre a consolidação destes espaços. Acreditamos que os mesmos são mutáveis, se modificam constantemente por diferentes entes institucionais, influências teóricas, metodológicas e práticas. A ideia que lançamos aqui está na forma como a Educação Superior e toda a sua complexidade não se adequa a modelos fixos e definitivos, a partir do momento que compreendemos a existência de demandas crescentes e latentes na sociedade que criam espaços de discussão sobre o papel da Educação Superior e suas respectivas instituições de oferta.

Compreender novas consecuições do contexto emergente frente às distintas IES, postas junto ao Sistema de Educação Superior brasileiro é fundamental para o debate das comunidades de pesquisa, na forma como essa *emergência no contexto* é constantemente colocada à prova e significada pelos agentes inseridos no interior destas instituições. A natureza dos Institutos Federais exige uma nova interpretação desse fenômeno e não se consubstancia no modelo do contexto emergente construído a partir de um olhar sobre uma única dimensão do espaço universitário (universidades). Os

diferentes espaços de oferta de Educação Superior devem ser percebidos para além do seu papel ligado ao ensino, a pesquisa e a extensão exclusivamente, mas sim considerando as suas características e a sua missão institucional frente às demandas da sociedade.

## Referências

- BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais: Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica**, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: DF, 2014.
- CAVALCANTE, J. F. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília, DF: INEP, 2000.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CICHOSKI, P. B.; RUBIN-OLIVEIRA; M. Universidade em Contextos Emergentes: O Processo de Internacionalização da UTFPR. **Perspectiva**, Erechim. v. 42, n. 160, p. 07-17, dez/2018.
- DALLA-CORTE, M. G.; SARTURI, R. C. Políticas públicas para a formação de professores e contextos emergentes na educação superior. **Revista Internacional De Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 2, p.160-181, out./dez. 2015.
- DIDRIKSSON, A.; *et al.* Contexto Global y Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. In: UNESCO. **La educación superior en el mercado: Configuraciones emergentes nuevos provedores**. Venezuela: IESALC/UNESCO, 2008. Cap. 1, p. 1 – 43.
- ESPINOZA, O.; GONZALEZ, L. Universidad y bien publico nuevas tendencias en América latina. In: FUENTE, J. R.; DIDRIKSSON, A. (Coords.). **Universidad, responsabilidad social y bien publico: el debate desde América Latina**. Mexico: Universidad de Guadalajara, 2012. p. 123 – 151.
- FONTOURA; J. **A Gestão da Educação Superior em Contextos Emergentes: A Perspectiva dos Coordenadores dos Cursos Superiores de**

Tecnologia do IFRS – Campus Porto Alegre. 204 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

FRANCO, M. E. D. P. Políticas Educacionais (verbete). In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário** vol. 2. Brasília: INEP/Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior, 2006.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame** das relações entre educação e estrutura econômica social capitalista. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 7. ed., p. 71-90, 2001.

LIMA, D. C. B. P.; FARIA, J. G.; TOSCHI, M. S. A Produção do Conhecimento na Sociedade da Informação: Reflexões Filosóficas sobre a Pesquisa em Educação. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 28, n. 55, p. 373-393, jan./jun. 2014.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes. **Avaliação**, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

OLIVEIRA, L. J. de.; MASSARO, M. L. As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 189-209, dez. 2014.

OLIVEIRA, M. F. de.; MARTINELLI, D. P. Desenvolvimento Local e Arranjos Produtivos Locais: uma revisão sistemática da literatura. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 47-58, Jun. 2014.

PACHECO, E. M. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Editora Moderna, 2011.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SILVA, C. J. R. (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal, RN: IFRN, 2009.

SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. Ciência, tecnologia e suas relações sociais: a percepção de geradores de tecnologia e suas implicações na educação tecnológica. **Ciênc. educ.**, Bauru, v. 15, n. 3, p. 681-694, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WELKER, G. M. **Transversalidade nas Ações da Educação Especial: A Realidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Educação, Santa Maria/RS, 2016.

ZANCAN, S. BOLZAN, D. P. V. Contextos emergentes na UFSM: a expansão da pós-graduação. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 244-259, jul.-dez. 2017.